

SANETRAT SANEAMENTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

SANETRAT SANEAMENTO S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos da caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Sanetrat Saneamento S.A  
Londrina - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sanetrat Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanetrat Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sanetrat Saneamento S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrado no ativo circulante, R\$ 31.689 (idem em 2016) em títulos e valores mobiliários correspondentes a direitos sobre Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, os quais estão garantidos por instrumento fiduciário de bens imóveis. A Companhia aguarda decisão judicial sobre leilão dos bens e realização do ativo. Na opinião da Administração, embasada por entendimento de seus assessores jurídicos, é provável o recebimento de tais recursos em curto prazo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



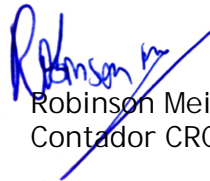
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de junho de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - PR

  
Paulo Sérgio Tufani  
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 -S- PR

  
Robinson Meira  
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 -S- PR

# SANETRAT SANEAMENTO S/A

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO			
	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	181	48	Fornecedores	10	310	332
Contas a receber de clientes	5	428	256	Encargos tributários a pagar	11	93	181
Adiantamentos	6	100	83	Salários e encargos sociais a pagar	12	121	109
Títulos de valores mobiliários	7	31.689	31.689	Partes relacionadas	9	353	428
Outros créditos		6	-	Dividendos a pagar	13	-	89
Total do circulante		32.404	32.076	Total do Circulante		877	1.139
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas	9	-	22	Impostos e contribuições parcelados	11	-	918
Imobilizado	8	12.092	13.088	Partes relacionadas	9	614	330
Total do não circulante		12.092	13.110	Total do não circulante		614	1.248
<b>TOTAL ATIVO</b>				<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		44.496	45.186			44.496	45.186

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SANETRAT SANEAMENTO S/A

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	5.854	4.702
Custo dos Serviços Prestados	16	(3.104)	(1.659)
LUCRO BRUTO		2.750	3.043
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(2.327)	(1.780)
Despesa Gerais e Administrativas	16	(2.197)	(1.632)
Despesas Comerciais	16	(250)	(149)
Outras Receitas/Despesas	16	120	1
RESULTADO OPERAC. ANTES DO EFEITOS FINANCEIROS		423	1.263
RESULTADO FINANCEIRO		138	(368)
Despesas Financeiras	17	127	(376)
Receitas Financeiras	17	11	8
LUCRO ANTES DO IR/CS		561	895
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	21	(265)	(521)
( = ) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		296	374
Lucro por ação - Reais		7,2820	9,2009

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SANETRAT SANEAMENTO S/A

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

---

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>296</u>	<u>374</u>
Total dos resultados abrangentes	<u><u>296</u></u>	<u><u>374</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---



# SANETRAT SANEAMENTO S/A

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	100	1.700	122	1.744	3.666
Integralização de capital	40.548	-	-	-	40.548
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1.700)	-	-	(1.700)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	374	374
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição reserva legal	-	-	19	(19)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(89)	(89)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40.648	-	141	2.010	42.799
Lucro líquido do exercício	-	-	-	296	296
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição reserva legal	-	-	15	(15)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(90)	(90)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	40.648	-	156	2.201	43.005

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SANETRAT SANEAMENTO S/A

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	296	374
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.076	332
Provisão para contingências	-	2
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	32	24
Juros apropriados sobre parcelamentos	33	111
Aumento/(redução) nos ativos		
Contas à receber	(172)	148
Demais contas a receber e adiantamentos	(17)	(56)
Créditos Tributários	(6)	-
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(22)	(826)
Encargos tributários a pagar	(11)	(128)
Salários e encargos sociais a pagar	12	(6)
Impostos e contribuições parcelados	(414)	(74)
Acordos comerciais - partes relacionadas	-	-
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	807	(100)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(80)	(134)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de investimento	(80)	(134)
Terceiros		
Empréstimos, financiamentos	-	(105)
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	(415)	329
Dividendos pagos 2016 e 2017	(179)	-
Caixa Líquido usado nas atividades de financiamento	(594)	224
Decréscimo líquido no saldo de caixa	133	(10)
Caixa e equivalente de caixa		
Composição de caixa e equivalentes de caixa no início do período	48	58
Composição de caixa e equivalentes de caixa no final do período	181	48

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Sanetrat Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de setembro de 2006, e está localizada no distrito industrial de Salto/SP.

Tem por objetivo social a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento, o beneficiamento e a disposição final de resíduos de qualquer natureza, especialmente industriais e o investimento e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Os serviços são: tratamento de resíduos líquidos industriais, comerciais, domésticos, de fossas sanitárias, caixas de gordura e de chorume provenientes de aterros sanitários, e desenvolvimento de solução ambiental compatível com a variedade dos efluentes líquidos gerados por cada empresa.

### 1.1. Planos da Administração

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um lucro líquido de 296 mil, cenário que vem acontecendo há três anos, fruto da administração da Companhia que vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações, notadamente sobre o aumento da carteira de clientes e redução de custos e despesas operacionais.

Para 2018, a Companhia já iniciou a expansão de suas atividades em outros estados, com aberturas de filiais, para desenvolver atividades relacionadas ao seu objeto social e crescimento da marca. A estrutura patrimonial da Matriz, em Salto, São Paulo, vem recebendo alto investimento para aprimorar suas atividades.

## 2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis em 22 de maio de 2018.

## 3. Apresentação das demonstrações contábeis

### 3.1. A declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

### 3.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

### 3.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações contábeis.

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

(b) Ativos financeiros

(b.1) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Em geral, os ativos dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida:

- Empréstimos e recebíveis: os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes);
- Ativo mantidos até o vencimento: os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento. Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale menos de 20% dos direitos de voto.

(b.2) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem;
- Empréstimos e recebíveis: os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros;
- Ativos mantidos até o vencimento: os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo, com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade

(b.3) Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos financeiros

A Administração avalia se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e pode ser estimado de maneira confiável.

(c) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

(d) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva.

(e) Mudanças em políticas contábeis

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9/CPC 48 - Financial Instruments, o IFRS 15 / CPC 47 - Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 / CPC 06(R2) - Leases. As novas normas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da companhia no futuro.

IFRS 9 / CPC 48 - Financial Instruments

O IFRS 9 / CPC 48 - estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes".

IFRS 15 / CPC 47 - Revenues from contracts with customers

O IFRS 15 / CPC 47 - estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes.



Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

#### IFRS 16 / CPC 06(R2) - Leases

O IFRS 16 / CPC 06(R2) - estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 / CPC 06(R2) - determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 / CPC 47 - Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 / CPC 48 - Financial Instruments foi analisado pela Administração da Companhia, e os mesmos não poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	2017	2016
Caixa e saldos em conta corrente bancária	181	14
Aplicações financeiras de alta liquidez (a)	-	34
	<u>181</u>	<u>48</u>

- (a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Contas a receber de cliente

	2017	2016
Contas a receber - serviços prestados	428	256
	<u>428</u>	<u>256</u>

A Companhia não apresenta inadimplência de seus recebíveis. A movimentação do seu faturamento e recebimento, gira em torno de 25 dias, com isso, a companhia consegue movimentar seu fluxo de caixa de maneira flexível, cumprindo todas suas obrigações em dia e realizando os futuros investimentos previstos. A Companhia não adota a prática da PECLD, uma vez que os títulos vencidos não ultrapassam 180 dias, conforme demonstrado no aging lista abaixo:

Aging List	2017	2016
A vencer	266	197
Vencidos até 30 dias	131	44
Vencidos de 31 até 60 dias	23	15
Vencidos de 61 até 180 dias	8	-
	<u>428</u>	<u>256</u>

## 6. Adiantamentos

	2017	2016
Adiantamento a fornecedores (a)	82	68
Caução de aluguel	15	15
Outros	3	-
	<u>100</u>	<u>83</u>

(a) Valores adiantados para os fornecedores referentes as obras de infraestrutura e a manutenção e operação das atividades da Companhia, com expectativa de realização já no primeiro semestre.

## 7. Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Cédula de crédito imobiliário - nº 0001	18.030	18.030
Cédula de crédito imobiliário - nº 0002	13.659	13.659
	<u>31.689</u>	<u>31.689</u>

Em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. - BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário- CCI nº 0001 e 0002 à controlada Sanetrat Saneamento S.A.

A Sanetrat adquiriu estas CCIs pelo montante de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente.

Estas CCI's são oriundas do "Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Ativos e Outras Avenças - Contrato de arrendamento", firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A.

A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT.

Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado ("em conjunto, "Alienação Fiduciária".), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT ("Imóvel").

Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCI's cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado pelo valor total de R\$ 53.008.

A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de créditos imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à Sanetrat, caberia à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito.

Existe Ação de Falência, na qual a Vênus adquiriu o Imóvel, que determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somam cerca de R\$ 30.000 e se caracterizam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio ("ACC"), valor que será quitado, portanto, em cerca de 30 meses.

Com o arresto, os ACC foram quitados e a Sanetrat obteve decisão em 1ª instância para liberação da hipoteca judicial sobre o imóvel de Nova Xavantina, garantia das CCI's. A decisão foi suspensa em 2ª instância, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, até que todas as Partes pudessem se manifestar nos autos.

A despeito da discussão que está sendo travada nos autos da Ação de Falência, entendemos que é praticamente certo o ganho processual da ação por parte da Sanetrat, em curto prazo, dado que o contrato foi pautado pela boa-fé da Sanetrat e atende a todos os requisitos de legalidade previstos pela legislação de regência.

A expectativa da Administração, em análise conjunta de seus assessores jurídicos, é de solução nos autos e alienação das unidades industriais à Marfrig ou à terceiro ainda no exercício de 2018. Neste caso, a Sanetrat irá exercer o direito de resgate antecipado previsto na Cláusula 12 da CCI.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Imobilizado

## 8.1. Composição

	Vida útil (%)	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	70	(43)	27	34
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	6.105	(1.175)	4.930	5.803
Computadores e periféricos	20	47	(35)	12	19
Máquinas e equipamentos	10	1.855	(526)	1.329	1.515
Obras em andamento		110	-	110	31
Instalações	10	14	(4)	10	12
Terrenos		5.670	-	5.670	5.670
Software e redes	20	5	(1)	4	4
		<u>13.876</u>	<u>(1.784)</u>	<u>12.092</u>	<u>13.088</u>

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

## 8.2. Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 2016	Adições	Saldo em 2017
<b>Custo</b>			
Móveis e utensílios	70	-	70
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.105	-	6.105
Computadores e periféricos	46	1	47
Máquinas e equipamentos	1.855		1.855
Obras em andamento	31	79	110
Instalações	14	-	14
Terrenos	5.670	-	5.670
Software e redes	5	-	5
	<u>13.796</u>	<u>80</u>	<u>13.876</u>
<b>Depreciação / amortização acumulada</b>			
Móveis e utensílios	(36)	(7)	(43)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(302)	(873)	(1.175)
Computadores e periféricos	(27)	(8)	(35)
Máquinas e equipamentos	(340)	(186)	(526)
Instalações	(2)	(2)	(4)
Software e redes	(1)	-	(1)
	<u>(708)</u>	<u>(1.076)</u>	<u>(1.784)</u>
<b>Total</b>	<u>13.088</u>	<u>(996)</u>	<u>12.092</u>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relacionados a operações entre partes relacionadas decorrem de transações de adiantamento para futuro aumento de capital com a Companhia e sua controladora, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.

	2017	2016
Ativo circulante		
Conasa Infraestrutura S.A.	-	22
	<u>-</u>	<u>22</u>
Passivo circulante		
Conasa Infraestrutura S.A. (b)	353	428
	<u>353</u>	<u>428</u>
Passivo não circulante		
Sanesalto Saneamento S.A. (a)	614	-
Conasa Infraestrutura S.A. (b)	-	330
	<u>614</u>	<u>330</u>
	<u>967</u>	<u>736</u>

- (a) Refere-se ao crédito cedido a valor de face pela coligada Sanesalto Saneamento S.A na utilização de crédito de prejuízos fiscais e base negativa na amortização de tributos do PERT Programa de Regularização Tributária. Os direitos de créditos tributários serão liquidados em 60 parcelas iguais e consecutivas e não serão cobrados juros ou realizada atualização/correção monetária. Segue abaixo o cronograma de pagamentos:

	31/12/2017
Vencimento em:	
2018	123
2019	123
2020	123
2021	123
2022	123
	<u>614</u>

- (b) Durante o exercício de 2015 a controladora Conasa, adquiriu máquinas e equipamentos para uso exclusivo da Sanetrat por meio dos contratos de Financiamento de máquinas e equipamentos - FINAME. Em 1 de julho de 2015, a Companhia firmou Instrumentos Particulares de Contratos de Compra e Venda com a Conasa, comprando os respectivos bens, e comprometendo a ressarcir a controladora conforme os vencimentos das parcelas determinadas nos referidos contratos de FINAME.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9.1. Remuneração dos administradores

As despesas referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2017, totalizaram R\$ 573.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

## 10. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores de insumos e serviços para operação	241	262
Fornecedores de Imobilizado	58	58
Fornecedores Outros	11	12
	<u>310</u>	<u>332</u>

## 11. Encargos tributários a pagar e parcelados

	2017	2016
Passivo circulante		
IRPJ e CSLL a recolher	60	90
PIS e COFINS a recolher	25	1
ISS a recolher	1	5
Outros impostos a recolher	7	8
Parcelamento federal (a)	-	77
	<u>93</u>	<u>181</u>
Passivo não circulante		
Parcelamento federal (a)	-	918
	<u>-</u>	<u>918</u>
	<u>93</u>	<u>1.099</u>

- (a) A Companhia optou pela PERT Programa Especial de Regularização Tributária quitando 95% de sua dívida com crédito sobre prejuízos fiscais e base negativa da coligada Sanesalto Saneamento S.A. e o restante pago dentro do exercício em cinco parcelas, conforme demonstrado a seguir:

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parcelamento federal (a)	
Valor original do débito	854
Multa original	171
Juros	420
( - ) Valores pagos em parcelamento	(275)
Saldo do parcelamento no momento da consolidação	<u>1.170</u>
( - ) Redução de Multa	(119)
( - ) Redução de juros	(378)
Saldo do parcelamento com reduções no momento da consolidação	<u>673</u>
( - ) Créditos fiscais adquiridos de partes relacionadas	(614)
( - ) Pagamento de antecipação em 5 parcelas	(59)
Saldo do parcelamento líquido	<u><u>-</u></u>

## 12. Salários e encargos sociais a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários a pagar	24	24
INSS a recolher	13	11
FGTS a recolher	4	4
Irrf s/salários	5	5
Provisões s/Férias e 13o. Salário e Encargos	75	65
	<u>121</u>	<u>109</u>

## 13. Dividendos a pagar

De acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76, deve-se provisionar dividendos obrigatórios sobre o lucro ajustado, com base no lucro líquido do exercício, após compensação de qualquer prejuízo acumulado existente e a constituição das reservas. Neste exercício a companhia destinou o montante de R\$ 90, que havia sido antecipado durante o exercício corrente a título de antecipação dos dividendos, sendo assim não existindo qualquer obrigação futura com os acionistas.

## 14. Patrimônio Líquido

## 14.1. Capital social

O capital social é de R\$ 40.648 totalmente subscrito e integralizado, representado por 40.648.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). Segue a demonstração de participação dos acionistas:

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017		2016	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	40.648.000	100%	40.648.000	100%
	40.648.000	100%	40.648.000	100%

## 14.2. Reserva de lucros

## a) Reserva legal

De acordo com a Lei 6.404/76, tal reserva é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, após compensação de qualquer prejuízo acumulado existente, limitada à 20% do capital social realizado. Neste exercício a companhia constituiu o valor de R\$ 15 correspondente ao percentual do resultado do exercício.

## b) Reserva de retenção de lucros

Constituída com excedentes do lucro do período não destinados à constituição de reserva legal e distribuição de dividendos obrigatórios, conforme proposta da Administração no valor de R\$ 191.

As reservas serão utilizadas no investimento previsto para instalação da unidade de Porto Belo, em fase de licenciamento.

## 15. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita bruta de serviços	6.402	4.983
Impostos sobre venda de serviços	(548)	(281)
	5.854	4.702



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Custos e despesas operacionais

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas por natureza:		
Gastos com pessoal	(1.276)	(906)
Serviços de terceiros	(1.896)	(1.052)
Material e insumos	(316)	(66)
Fretes	(163)	(73)
Locação e aluguel	(230)	(149)
Taxas	(209)	(15)
Propaganda e publicidade	(17)	(13)
Depreciação	(1.076)	(332)
Ganho com redução de multa	119	-
Outras despesas	(368)	(845)
Outras receitas	1	12
	<u>(5.431)</u>	<u>(3.439)</u>
Despesas e custos por função:		
Custos dos serviços prestados	(3.104)	(1.659)
Despesas gerais e administrativas	(2.197)	(1.632)
Despesas comerciais	(250)	(149)
Outras receitas e despesas	120	1
	<u>(5.431)</u>	<u>(3.439)</u>

## 17. Despesas e receitas financeiras

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimo de capital de giro e finames	(32)	(24)
Juros sobre pagamento de fornecedores	(1)	(217)
Juros sobre pagamento de tributos em atraso	(1)	(16)
Juros apropriados sobre parcelamentos	(33)	(110)
Juros sobre parcelamentos PRT / PERT - 2017	208	-
Despesas bancárias	(14)	(9)
	<u>127</u>	<u>(376)</u>
Receitas financeiras		
Juros recebidos	11	8
	<u>11</u>	<u>8</u>
	<u>138</u>	<u>(368)</u>

## 18. Instrumentos financeiros

## 18.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

## 18.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria	2017		2016		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
<b>Ativo financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	181	181	48	48
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	428	428	256	256
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado (*)	31.689	31.689	31.689	31.689
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	-	-	22	22
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	310	310	332	332
Partes relacionadas	Custo amortizado	967	967	758	758

(\*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

## 18.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas e IGPM, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, por isso não está apresentando análises sensibilizando o risco.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: A companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo do contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

## 19. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações.

Entretanto, os contratos de seguros que a companhia fez em 2017 são exclusivamente para seu imobilizado de prédio e de máquinas e equipamentos, com vigência até 11 de janeiro de 2019.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

A seguir demonstramos os limites máximos de indenizações:

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor em risco
	Danos materiais
Estação de tratamento de esgoto	1.600
	<u>1.600</u>
Cobertura Contratada	
Incendio, raio, explosão, implosão e fumaça	1.600
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo	50
Impacto de veículos e queda de aeronave	100
Danos elétricos	30
Roubo e furto mediante arrombamento	100
Quebra de vidros e espelhos	5
Recomposição de documentos	10
Responsabilidade civil operações	11
Lucros cessantes	10
Aluguel - perda ou pagamento em decorrência incendio	10
Despesas extraordinarias	20
	<u><u>1.946</u></u>

## 20. Provisão para contingências

A Companhia não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração vem ao longo do tempo mitigando todos os riscos de qualquer tipo de ação contra a companhia.

## 21. Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia apura o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro real. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada considerando todas as despesas dedutíveis e as receitas tributáveis por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de cálculo do lucro real, apurada conforme a legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 163 de IRPJ e de R\$ 102 de CSLL.

Em 2016 a Companhia apurou o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido, portanto, não apresentamos o saldo comparativo.

SANETRAT SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	561
Alíquota Nominal	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal	(191)
Despesas indedutíveis	(74)
Outras diferenças permanentes	-
	(74)
Imposto de renda e contribuição social:	
Corrente	(265)
	(265)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(265)
	47%
Alíquota efetiva	47%

Manoel Motta Netto  
Diretor

Isaac do Nascimento  
Contador CRC-PR043806/0-1